# ACTA N.º 3/2008

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e oito, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**

**2. PROGRAMA "PAGAR A TEMPO E HORAS"/FINANCIAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS. INFORMAÇÃO N.º 12/DGFEP/2008;**

**3. PRIMEIRA REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2008. PROPOSTA N.º 02/DGFEP/08;**

**4. CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA, DE CAPITAIS MINORITARIAMENTE PÚBLICOS, PARA CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE DESPORTIVO DE CHAVES E DE TODAS AS INFRA-ESTRUTURAS QUE O COMPÕEM. PROPOSTA N.º 53/GAPV/2008;**

**5. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR. INFORMAÇÃO N.º 219/DED/08 DE 2008-05-29;**

**6. REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO E DE EDIFICAÇÃO E TABELA DE TAXAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS EM VIGOR NO CONCELHO DE CHAVES – RECTIFICAÇÃO –. PROPOSTA N.º 52/GAPV/2008**

**7. TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO SISTEMA DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA A EMPRESA "EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A." PROPOSTA 56/GAPV/2008;**

**8. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA EMPRESA "EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO. EIM, S.A.". PROPOSTA Nº. 54/GAPV/2008;**

**9. PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CHAVES.**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas:
Manuel dos Anjos Montalvão Machado
Manuel Jorge Pires Fernandes
Norberto Teixeira Cardoso
António Fontoura Carneiro
Gabriel Teixeira
Eduardo Fraga da Cruz

Em seguida foi lida a correspondência que, pelo seu teor mais relevante, veio para o conhecimento da Assembleia Municipal, já que a demais, recebida no Gabinete de Apoio, foi enviada aos respectivos Grupos Municipais. Ofício remetido pelo Senhor deputado da A.R. Dr. Agostinho Lopes, relacionado com a distribuição do Correio (CTT) nas áreas rurais da zona postal de Chaves; resposta do Ministro das Finanças ao ofício da Assembleia Municipal de Chaves sobre a proposta de alteração da taxa de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) nos Concelhos fronteiriços, apreciada e discutida na reunião do dia 29 de Fevereiro de 2007 e remetido ao Ministério em 5 de Março de 2007.
A acta número dois, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.
*Posta à votação foi aprovada por unanimidade.*

O **SENHOR PRESIDENTE** deu conhecimento da entrada na Mesa de uma "Moção", apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, cuja discussão foi aceite e lida pelo Senhor deputado Júlio Eliseu dos Anjos Alves.
**"Moção"**
**"Freguesia da Madalena e Ponte Romana. Que futuro?**
**A Ponte Romana de Chaves considerada, um dos ex-líbris da cidade, pelos seus mais de 1900 anos de história, e também pelo seu valor patrimonial, representa, na actualidade, um dos melhores legados romanos da antiga Aquae Flaviae. A Ponte Romana traduz por isso para a cidade e para o Concelho de Chaves, não só uma representação de simbolismo e identidade que normalmente o património dá aos territórios, mas também transformou-se, devido à massificação do turismo cultural, num produto turístico que vale para a economia do concelho muitas centenas de milhares de euros por ano.**
**O Partido Socialista de Chaves sempre apoiou e continuará a apoiar todas as intervenções que tenham a ver com a recuperação, reabilitação e revitalização do património histórico do concelho. No entanto é com alguma preocupação que acompanhamos a concretização de obras na ponte, as alterações de imagem e os materiais utilizados. Pensamos que não foi cabal e tecnicamente justificada a opção de introduzir uma laje de granito com uma cor muito mais clara que o traço original apresentado pela ponte. Diz o ditado que os gostos não se discutem, mas pensamos nós, e sem fundamentalismos, que o respeito pelo valor histórico do património não foi devidamente respeitado.**
**Uma outra questão que tem preocupado o grupo municipal do Partido Socialista e sobre a qual os vereadores do PS já tomaram posição em reunião do executivo tem a ver com a decisão de o Sr. Presidente da Câmara ter publicamente anunciado a intenção de reabrir a ponte ao trânsito. Para nós, Partido Socialista, esta decisão leva-nos a fazer algumas considerações:**
**1. É verdade que na memória descritiva do projecto de reabilitação da ponte aquilo que está previsto é o fecho da ponte ao trânsito? Se é verdade, quem foi o autor da ideia de decidir que afinal a ponte não iria encerrar?**
**2. Porque é que se colocou um granito de cor clara, sabendo que a ideia do Senhor Presidente da Câmara, tornada pública na última Assembleia, seria abrir a ponte ao trânsito automóvel?**
**3. Porque é que na última Assembleia Municipal, do dia 30 de Abril de 2008, o Senhor Presidente da Câmara anunciou que, a intenção de reabrir a ponte ao trânsito automóvel das 8h00 às 20H00 durante os dias de semana e fecharia ao trânsito das 20H00 às 8H00, durante os dias de semana, todo o dia de sábado, Domingos e Feriados e só passados dois meses é que se lembra de pedir**

**parecer ao Ministério da Cultura para que sejam analisadas as questões de segurança?**
**4. Porque razão o Senhor Presidente da Câmara pediu um parecer ao Ministério da Cultura, quando a decisão política, quanto ao trânsito já tinha sido anunciada publicamente? Não seria mais sério ter pedido o parecer antes de ter anunciado a sua decisão e a decisão do executivo do PSD?**
**5. Queremos que o rio e a Ponte Romana sejam não um factor de divisão mas sim de união entre as duas margens, e neste sentido, gostávamos também de saber qual a posição da Junta de Freguesia da Madalena e da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior?**
**6. Tem-se falado bastante sobre a importância da ponte para o comércio da Madalena, e por isso é com bastante preocupação que, também estranhamos o silêncio do presidente da ACISAT. Para o Partido Socialista é uma enorme falha que uma instituição com a história da ACISAT não tenha dito uma única palavra sobre esta matéria.**
**7. Estranhamos de igual forma a postura do PCP. Sobre este assunto nem uma única palavra. O mais curioso é que este é um registo a que os flavienses já se acostumaram, quando se trata de tomar uma posição sobre matérias do domínio autárquico o PCP nunca tem opinião e responde sempre com perguntas ao PS.**
**Sr. Presidente da Assembleia, senhores deputados**
**O Parido Socialista já expôs publicamente, quer através do Presidente da Comissão Política, quer através dos vereadores, a sua posição quanto a esta matéria. Só por motivos de desatenção ou tacticismo político se pode dizer, hoje, que o PS não tem posição sobre esta matéria.**
**Entendemos desde o início que o tema Ponte Romana é um assunto sério, delicado e que exige da parte do município uma posição clara e por isso não percebemos o motivo pelo qual o Sr. Presidente da Câmara está a tentar esconder a cara atrás de um parecer do Ministério da Cultura.**
**Esta é, e o PS tem a consciência disso, uma decisão que não é pacífica. Existe, como sabemos, uma pluralidade de opiniões nos flavienses. Colocam-se em discussão, questões quanto ao valor patrimonial da ponte, questões de interesse turístico e comercial, questões de segurança rodoviária e pedonal, questões ambientais e de mobilidade urbana e até questões do foro pessoal. Sabemos, por estes factos, que a decisão a tomar nunca será pacífica e aceite por todos e por isso os vereadores do PS propuseram de forma pensada e séria a realização de um referendo concelhio, para que desta forma os flavienses se pudessem pronunciar democraticamente sobre o futuro da Ponte Romana.**
**Sabemos que a ponte além da sua função de identificação simbólica dos flavienses com o passado, cumpre também outras, uma função política, ao favorecer a coesão social da comunidade flaviense e uma função económica. É nesta última função, que a opinião dos flavienses se divide. Não há dúvidas que o executivo do PSD andou mal, pois era conhecedor destas tensões existentes quanto à possibilidade de a ponte ter ou não ter trânsito e nada fez para que, antes da adjudicação da obra, tivesse obtido o "feedback" dos flavienses.**
**A responsabilidade e credibilidade dos partidos vê-se na forma como encaram os problemas. Para o PS a freguesia da Madalena está perante uma situação de imobilismo e retrocesso gerado pela completa inoperância da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Os comerciantes e residentes da Madalena, nos últimos oito anos, têm vindo a ser vítimas do abandono e da falta de actuação estratégica municipal e por isso independentemente da decisão a tomar sobre o futuro do trânsito na ponte e da forma como vai ser ela tomada,**

**há um conjunto de medidas de apoio à freguesia da Madalena e à dinamização do seu comércio, que devem ser discutidas e por isso as trazemos à consideração desta assembleia e as quais passo a descrever:**

- **Que seja feito um estudo de caracterização física e socioeconómica do núcleo histórico urbano da Madalena;**
- **Que sejam determinadas quais as áreas comerciais para as quais a Madalena está especialmente vocacionada, e que estas vocações comerciais sejam posteriormente alvo de dinamização;**
- **Que o Município faça uma sensibilização e que sejam dados apoios para que algumas actividades mais poluentes, que, visualmente geram uma imagem desconfortável e pouco atractiva para o comércio se possam deslocalizar para o parque empresarial, devendo surgir em seu lugar zonas comerciais mais dinâmicas e sedutoras;**
- **Que sejam tomadas medidas quanto à mobilidade no trânsito, medidas essas que deverão passar pela pedonalização de algumas ruas e alteração do sentido de trânsito noutras;**
- **Que seja criada uma ligação junto ao rio entre o jardim público e a nova área verde a criar pelo Polis;**
- **Que sejam criadas as condições para aumentar a oferta de estacionamento no núcleo histórico através da criação de um novo parque de estacionamento;**
- **Que sejam tomadas medidas de benefícios fiscais ao nível dos impostos sobre o património (IMI e IMT), para que se possa promover uma maior reabilitação do edificado;**
- **Que seja aumentado o índice de arborização e sejam criados novas zonas verdes no núcleo histórico;**
- **Que seja realizada uma feira mensal intitulada " o Mercado desce à Madalena", localizada no interior do Terreiro da Madalena e dentro de um ambiente de autenticidade serão expostos para venda produtos exclusivamente regionais. Dever-se-á homogeneizar as características dos expositores para que transmitam uma imagem cuidada e tradicional;**
- **Que a autarquia promova a deslocalização e implantação de alguns serviços municipais na Madalena através da aquisição e reabilitação de um imóvel no núcleo histórico;**
- **Que a Câmara de Chaves opte por iniciar já o processo de construção do Centro Escolar da Madalena;**
- **Que a autarquia desenvolva junto dos CTT as diligências necessárias para que se possa abrir um posto de atendimento ao público.**

**Além destas medidas, que hoje aqui trazemos, os vereadores do PS já propuseram, há mais de um mês, outras medidas:**

1. **Elaboração de um estudo sobre a mobilidade urbana na cidade de Chaves;**
2. **Constituição de um grupo de trabalho para que seja feito um dossier de candidatura da Ponte Romana a património mundial;**
3. **Colocação de sinalética turística intra urbana com indicação da localização da ponte romana;**
4. **Disponibilização de informação turística sobre a história da ponte e suas vicissitudes;**
5. **Criação de um circuito romano que envolva a ponte, as termas romanas e até outros monumentos de grande valor patrimonial.**

**Encerrar a ponte ao trânsito SIM, mas com a garantia que estas propostas de revitalização da Madalena sejam assumidas pela Câmara municipal.**

**Por último, queremos transmitir a esta assembleia a nossa preocupação quanto à forma como a autarquia tratou o problema do trânsito na Ponte Romana. Não houve diálogo e seriedade, houve indecisão e falta de clareza. Esta posição de ziguezague e de apenas falar em posições de princípio sem qualquer tipo de objectividade e clareza dividiu os flavienses. Depois de tudo o que já foi dito, oficial e oficiosamente pelo Senhor Presidente da Câmara, pelo silêncio dos restantes vereadores, da Junta de Freguesia da Madalena, da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do presidente da ACISAT e do PCP, o Partido Socialista de Chaves entende que a bem do respeito pelos cidadãos e do incentivo à participação cívica dos flavienses nas decisões autárquicas, que deverá ser aprovada também por esta Assembleia Municipal a realização de um referendo concelhio, cuja pergunta deverá ser:**
***Concorda que a Ponte Romana de Chaves seja encerrada ao trânsito Automóvel?"***
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA –** pediu autorização ao Senhor Presidente da Mesa para prestar os seguintes esclarecimentos sobre esta matéria uma vez que na sua intervenção o Senhor deputado Júlio Alves invocou o seu nome e utilizou as expressões "não houve seriedade" e "esconder a cara", tendo dito:
"Nunca escondi a cara sobre o que quer que fosse, nem nunca o farei. Sempre assumi com seriedade e frontalidade todos os meus actos.
O Senhor Deputado, ao falar assim deve estar a referir-se a OTM'S ou MTO'S que cobardemente se escondem atrás de siglas. Têm vergonha de si mesmos e está tudo dito!
Pelo ataque que fez ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Madalena não sei se está a preparar a sua candidatura a esta Freguesia, mas se o fizer entendo que deverá alterar o Programa que apresentou. Efectivamente fez uma série de sugestões como se não vivesse em Chaves e desconhecesse o que foi e está a ser executado na freguesia. Por exemplo a ligação entre o Jardim público e a zona adjacente está prevista nas obras que estão a decorrer naquela zona. Está igualmente prevista a questão do IMI e quando o Partido Socialista, nesta Assembleia, tomou a sua posição de aprovação, sabia que havia reduções ou benefícios até 30% nestas situações.
O que está em causa na proposta é o "Referendo" e vamos ser sérios na sua análise. Afirmei que o Partido Socialista ao pedir o Referendo não tem uma posição e é verdade, porque não diz se é a favor do trânsito, ou se é contra. Limita-se a pedir um Referendo para saber o que quer. Sério, correcto e aceitável seria o PS chegar a este Fórum e dizer claramente: Nós somos a favor da pedonalização da Ponte Romana. Da forma que está a colocar o pedido do Referendo o Partido Socialista está a lançar para outros a assunção de responsabilidades que lhe cabem. O Partido Social - Democrata, com seriedade e tomando a sua posição com toda a clareza é contra o Referendo nesta situação.
O Senhor deputado perguntou porque só agora foi pedido o parecer. Como bem sabe os pareceres do IPAR são dados quando o Instituto aprova os respectivos projectos. As questões levantadas posteriormente foram-no durante a execução das obras. Isto é: Quando o projecto foi remetido ao IGESPAR esta entidade emitiu um parecer. A intervenção realizada levantou um conjunto de novas questões sobre as quais a mesma entidade se deve pronunciar. O granito agora usado é da Região, como há 1900 anos. Não consta que, na altura, os romanos o tivessem trazido de Roma.
Quando se defende tanto que a Ponte Romana é o ex-líbris da cidade e depois, numa atitude passadista, se diz que devia ter as ameias em granito eu pergunto: Então a imagem da Ponte Romana de Chaves, divulgada por esse mundo fora, tem ameias em pedra? Não tem. Se queremos fazer deste monumento um motivo turístico temos

de respeitar a imagem que ao longo dos anos foi sendo divulgada com o gradeamento em ferro. O Jornal de maior tiragem espanhol o "El País", do dia 14 de Junho de 2008, num suplemento sobre Portugal referiu quatro destinos turísticos de relevo – o Algarve, as praias a sul de Lisboa, o Douro e Chaves, com a fotografia da Ponte Romana e com as ameias em ferro. Uma imagem demora muitos anos a ser construída. Se a alterássemos não seria identificada como a Ponte Romana de Chaves que todos conhecem.
Quando na reunião de Abril se colocou a hipótese de abrir a ponte ao trânsito com horário definido e em dias úteis, o Partido Socialista não se pronunciou – o PSD fê-lo - e é estranho que o venha fazer passados quase dois meses. A nossa posição mantêm-se, sem prejuízo de que, perante novas realidades e na posse de estudos técnicos a possamos vir a alterar, até porque a obra não está concluída. Não somos e nem nunca fomos fundamentalistas. Agimos em função da promoção de uma melhor qualidade de vida para a população.
Quando o Senhor deputado apresenta uma lista com tantas intervenções para a Câmara fazer na Madalena, a maioria das quais já está realizada, (mais uma originalidade do PS de Chaves: propõe que se faça o que está feito!), porque não pede também ao Governo para instalar lá uma Delegação de Saúde, uma Delegação do Ministério da Administração Interna, uma Esquadra de Polícia, uma Repartição de Finanças e outros Serviços? A Autarquia investiu e vai continuar a investir na Madalena, mas não é só exigir, todos temos o dever de colaborar para que as condições de vida das pessoas melhorem.
A decisão definitiva virá a seu tempo e quem julga não seremos apenas nós, nem os partidos por si, mas sim um público muito mais vasto que sabiamente e na devida altura, saberá avaliar as decisões que cada um vier a tomar.
**DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD - cumprimentou os presentes e em seguida disse congratular-se por se estar a falar em mais uma obra levada a efeito pela gestão do Partido Social Democrata. É uma obra que orgulha os flavienses e que lhe vai prestar óptimos serviços.
"O Partido Socialista esteve doze anos à frente dos destinos da Autarquia e na gestão do Senhor Dr. Alexandre Chaves – pessoa que muito prezo – colocou uma placa junto ao estabelecimento comercial do Senhor Santiago, a indicar o encerramento da Ponte Romana. Os comerciantes da Madalena, ao saberem, dirigiram-se em massa à Câmara e passadas duas horas o Senhor Dr. Alexandre Chaves mandou retirá-la do local.
O PS é altamente responsável por toda esta situação " de deixar pendurada" a Freguesia da Madalena, porque quando fez o projecto da circular junto à rotunda do S. Roque/Codeçais, devia ter previsto um acesso fácil à Madalena e não o fez. Além do posicionamento da rotunda, que hoje todos reconhecem que não devia ser ali, não fez, efectivamente o acesso. Por essa razão quando se fala no corte do trânsito na Ponte Romana toda a gente fica assustada, porque a economia da Madalena vive da entrada e saída da população que ali se desloca.
Relativamente ao granito aplicado, eu não sou nenhum especialista e muito menos técnico, mas hoje a segurança da Ponte Romana é muito diferente do passado; existiam ali condutas de água que foram retiradas e bem. Como profissional e como cidadão livre deste concelho devo dizer que sou a favor do trânsito na Ponte Romana, mas de preferência com entrada pela Madalena, onde as pessoas chegam e têm dificuldade em dar com o acesso à cidade, dispersando-se por aqueles caminhos, alguns sem saída. A saída é mais fácil, incluindo pela A24.
A Ponte esteve em obras, mas todos sabemos que quem fez o arranjo urbanístico da Madalena foi a Câmara de gestão socialista. E eu pergunto porque é que nessa altura não previram logo o encerramento da Ponte? Não tiveram coragem para o fazer, mas

vêm agora com uma proposta – sabendo que podem colher alguns dividendos em termos políticos – para deixar que os outros decidam. Também não é licito vir agora com todas essas preocupações sobre a Madalena, porque estiveram no poder durante doze anos e não fizeram lá nada.

**DEPUTADO ANTÓNIO BARREIRA BATISTA** da CDU – disse que o Partido Socialista anda muito distraído. O Partido Comunista tem posições sobre questões locais, como tem sobre questões nacionais. Certamente não leram a conferência de imprensa que os dirigentes do PCP deram recentemente.

Relativamente a esta questão concreta, a nossa posição é que o trânsito seja retirado da Ponte Romana, progressivamente, até que haja condições para o fazer de forma definitiva. Nós não temos, nem nunca tivemos medo de tomar posições. Não digam que nos escudamos nas questões nacionais. Nota-se claramente que o PS anda aflito a nível nacional e local e é compreensível, mas não vão buscar o artifício de um Referendo local, quando temos órgãos eleitos que ouvindo as populações, podem e devem tomar decisões. Qualquer dia pegava a moda e faziam-se referendos para tudo.

Certamente existe aí um sentimento de culpa porque o vosso Primeiro – Ministro prometeu um Referendo à Constituição Europeia e não cumpriu. Querem substituí-lo por um local?

**DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que a sua intervenção não tem cariz político partidário, mas sim pessoal.

"Como todos sabem fui Presidente da Junta de Freguesia da Madalena durante oito anos. Vivi um pouco o drama do encerramento da ponte e, apesar de afastado, há cerca de três mandatos, continuo a viver os problemas da Madalena. É um facto irrefutável que a Freguesia da Madalena, parte integrante da cidade de Chaves, nunca teve as políticas adequadas/discriminatórias em termos positivos, que merecia. Sofreu durante muitos anos o espartilho de leis administrativas que impediram o seu crescimento e o seu desenvolvimento. Esse espartilho foi quebrado com a aprovação do Plano Director Municipal. Nessa altura todos os naturais da Freguesia da Madalena e os seus autarcas, acreditaram que nasceria aí o seu desenvolvimento, mas lamentavelmente não aconteceu. Aliás continuo a lamentar que um dos instrumentos básicos para o seu desenvolvimento, que se iniciou há cerca de vinte anos e que é o Plano de Pormenor, ainda não esteja concluído e em execução.

Em relação à Ponte Romana eu fui e sou defensor que a melhor ligação pedonal entre as duas freguesias é realmente aquele monumento histórico, que tem e deve ser preservado. Mas também é verdade que foi usado durante dezanove séculos e está aí. Quando fui Presidente da Junta lancei duas condições para o encerramento da Ponte Romana em termos de tráfego automóvel, transformando-a numa ponte pedonal: - Uma via de ligação que à data não existia e que passou a existir com a construção da Nova Ponte. O problema da Madalena não é bem a passagem de tráfego, mas sim de estacionamento próximo do centro comercial, ou seja do comércio ali existente. Nessa época propusemos que toda a zona onde funcionou o Parque de Campismo, fosse transformada num parque de estacionamento arborizado, ficando com um parque de apoio ao comércio e simultaneamente arborizado, o que infelizmente não se fez. Há quem diga que a Madalena tem estacionamento suficiente de apoio ao comércio, o que não é verdade. Tem algum estacionamento sim, mas fica bastante distante do comércio. Infelizmente todos nós nos tornámos comodistas, gostamos de passear à noite, mas ninguém gosta de andar com as compras na mão a pé.

Pessoalmente defendo que para encerrar definitivamente o trânsito automóvel na Ponte Romana, se proceda à alteração daquele espaço e seja criado um parque de

estacionamento de apoio ao comércio da Madalena. A pior coisa que nós podemos fazer, em termos de argumentação – determinado tipo de argumentação é-nos perigosíssima porque nos cai em cima – é dizermos que determinado lugar é pobre, está fraco, não tem população, não tem comércio, não vale a pena investir. Devemos reflectir bem sobre aquilo que necessitamos e criar politicas de incentivo àquilo que realmente está apático, para que ganhe energia e reanime.
Discordo da intervenção anterior porque acho que um Referendo é um instrumento de decisão importantíssimo para as populações e penso ainda que é um instrumento de decisão interessante, não para as questões de grande complexidade, mas para as questões que o povo realmente sente. Esta, no meu entender, é uma situação que se enquadra perfeitamente, a ser tida em conta, para ser referendada, mas que não sejam direcções partidárias a tomarem decisões sobre algo que é importante e que está muito próximo de toda a população flaviense, essencialmente dos residentes na cidade de Chaves. Sou favorável ao Referendo".
**DEPUTADO LUÍS DIAS DE CARVALHO** do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que os flavienses têm observado a azáfama das obras de restauro da Ponte Romana levadas a cabo pela Câmara Municipal.
"É um monumento que nos identifica a todos, a nível de concelho, a nível regional, nacional e internacional. Falar de Chaves e não identificar este monumento multissecular é o mesmo que não falar de nós. Daí as "paixões" que tem suscitado nos últimos tempos. Tenho acompanhado com algum interesse a imprensa local e através da Internet e gostaria de colocar aqui a questão da funcionalidade da Ponte Romana – pedonal, trânsito automóvel e pedonal?
Quando a ponte foi construída, há mil e novecentos anos, na cabeça do Imperador Trajano, das autoridades romanas locais e dos nativos, estaria uma necessidade urgente de estabelecer uma ligação entre as duas margens do rio. Estamos a falar do Centro político – administrativo da "Aquae Flaviae", região que abrangia vários concelhos e uma franja da Galiza. A ponte foi construída com a finalidade de por ali passarem peões e carros – quadrigas romanas – e teve tanto interesse para o concelho que as autoridades dos séculos seguintes não a desprotegeram, pelo contrário procuraram mantê-la em bom estado de conservação (em 1788, 1980, 2000 e 2008). E é porque está a ser feita uma grande intervenção, que hoje temos esta discussão sobre este monumento.
Já ouvi vários argumentos relativos à qualidade dos materiais e sobre isso gostava de lhes dizer o seguinte: As teorias mais recentes de restauro em edifícios desta natureza dizem que os materiais a utilizar não devem ser réplicas do monumento que é intervencionado, sob pena de estarmos a falar ao nível da cópia e da falsificação; devem ser subtilmente diferentes para que o cidadão menos informado saiba que o material que foi adicionado ao monumento não é original e possa distingui-los. Como cidadão flaviense, gosto muito do granito que foi aplicado na Ponte Romana.
Quando um monumento deixa de ter a funcionalidade para que foi construído – estamos a falar numa arquitectura de transporte – há uma tendência para a sua degradação e abandono. A sua utilidade implica a continuidade da manutenção, por questões de segurança e para isso são necessários arqueólogos, arquitectos, engenheiros, técnicos de restauro e historiadores.
Numa intervenção anterior foi dito que o Senhor Presidente da Câmara «esconde a cara», o que não é verdade, mas através de um blogue na Internet alguém escondeu a mão e atirou a pedra ao "insultar" pessoas que vivem na Freguesia da Madalena, que sempre pugnaram e lutaram pelo seu progresso. Fui Secretário e Presidente da Junta durante oito anos, conheço bem a realidade da freguesia, como outras pessoas conhecem, e nunca ouvi o Partido Socialista falar da Madalena, pelo contrário ignorava-a completamente.

Já ouvi dizer que não há nenhum monumento romano no mundo que tenha trânsito automóvel, o que demonstra uma ignorância total da realidade.
A Ponte Romana teve uma função e deve continuar a tê-la. Percurso de automóveis e peões. Quando o seu estado de conservação não permitir e ponha em causa a segurança dos automóveis e das pessoas, serei a primeira pessoa a bater-me pela sua defesa. Mas enquanto não houver uma alternativa credível não quero que a minha cidade seja uma parte, mas sim o todo. É assim que homenageamos a Ponte de Trajano. Honrá-la é dar-lhe funcionalidade, é preservá-la; honrá-la é nunca mais ouvir dizer que em 1980 a Autarquia de então retirou apoio aos arcos. Isso é pura mentira. Pelo contrário consolidou a segurança da ponte, com o lajeado de pedra ali colocado e bem visível.
**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO** – **Maria Antónia C. Chaves Esteves** – disse falar em nome da sua freguesia e que sobre esta questão não fez nenhum referendo. Pediu para que todos os presentes pensassem nas gentes de Santo Estêvão, Águas Frias, Faiões, e de toda a margem esquerda do Rio Tâmega, que para virem à cidade tratar dos seus assuntos, "têm de entrar por onde tem de entrar e sair por onde têm de sair, ou se terão de sair pelo mesmo sítio. Deixem aberto o trânsito na Ponte Romana, num sentido".
**DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que sobre este assunto é seu entendimento que todos os presentes prezam, respeitam e estimam a Ponte Romana e se não se deve pensar que há uns que gostam mais e são mais cultos e outros menos.
"Eu não tenho opinião técnica sobre a recuperação feita na ponte. Sei que na catedral de Salamanca uma das figuras do Pórtico é um astronauta, colocado ali na sua restauração e ninguém ficou escandalizado, correspondendo a uma noção cultural de que as restaurações/renovações, podem introduzir novos elementos. No meu entender essa questão não deve ser motivo de discussão da Assembleia Municipal.
Relativamente à circulação do trânsito é evidente que isso é uma decisão política, que tem de ser tomada pelos órgãos políticos – Câmara e Assembleia – porque envolve questões que têm a ver com o estacionamento e outras. É possível que com o tempo a ponte venha a ser encerrada, mas não me parece é que este seja o assunto mais candente da actualidade.
Na minha opinião pessoal o Referendo pedido pelo Partido Socialista é um disparate. Primeiro porque com isso passa-se a responsabilidade para as populações e eu pergunto como é que o meu voto pode contar tanto como o de uma pessoa que vive na Madalena se eu passo por ali tão poucas vezes? E, certamente há pessoas de aldeias que nunca ali passam e como o Referendo tem de ser feito a nível de concelho a opinião e o peso não pode ser o mesmo.
A Moção do PS diz que a CDU não tomou posição sobre esta questão, nem se interessa pelos problemas do concelho, o que não é verdade. Sobre a ponte a nossa posição foi nitidamente explicada em conferência de imprensa. Convidamos todos os jornais e os que estiveram presentes deram a notícia conforme entenderam, usando a liberdade e autonomia que lhes é legítima.
Nessa altura a CDU disse que esta não é a questão mais importante. Que a estratégia do Partido Socialista era uma manobra de diversão, perante situações bem mais graves para a cidade, para o concelho, para a região e para o País.
Nessa conferência de imprensa criticámos, porque discordamos - o novo centro escolar e o processo de reestruturação do ensino básico, em muitos aspectos – o Partido Socialista concorda, quer com o Governo, quer com a Autarquia; referimos que a estratégia para a Plataforma Logística e para o Parque Empresarial não correspondeu, nem vai corresponder às necessidades de 2008, da região de Chaves.

Quando da questão da política hospitalar fomos os únicos que, com verticalidade mantivemos a nossa posição até ao fim. Perante isto, parece-me que o Partido Socialista, numa Moção que apresenta à Assembleia Municipal, com sete páginas, propondo um referendo, com o arrazoado de coisas que escreve, só demonstra que se a Madalena está mal, as juntas de freguesia, as câmaras e os governos – que sempre foram do Partido Socialista ou do PSD – são os culpados.
Sugiro à Direcção do Partido Socialista que volte a ler a Moção de sete páginas, pense maduramente se no futuro quer continuar por esse caminho, e faça uma séria reflexão.
**DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que o Grupo Municipal do PSD vai votar contra a Moção apresentada pelo Partido Socialista.
Citou Sá Carneiro - "governar é decidir e na governação a tomada de posição mais difícil é a decisão". Nós confiámos no passado, confiamos no presente e continuamos a confiar nos eleitos do Partido Social – Democrata, que foram eleitos precisamente para isso – tomar decisões. Cabe-lhes a eles a responsabilidade de tomar essa decisão. O pedido do Referendo não passa de uma manobra de diversão. Muitas outras matérias que dizem respeito ao nosso concelho tem tido a possibilidade de serem referendadas e não o foram, nomeadamente o encerramento da Maternidade e das urgências médico-cirúrgicas do HDC.
*Posta à votação a Moção foi rejeitada com 45 votos contra, 9 abstenções e 15 votos a favor.*

Neste período usaram ainda da palavra os seguintes deputados:
**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD – referiu a realização em Chaves, no passado dia 22, de uma prova de bicicletas todo-o-terreno.
Sou a favor de todas as iniciativas e apoios que a Autarquia dá às diversas instituições para promoção do desporto, pelas quais tenho o maior carinho e consideração. Não sei quem foi o responsável desta prova, mas a cidade foi totalmente bloqueada com mais rigor do que na Feira dos Santos. A cidade mesmo ao Domingo tem uma economia própria, com muitas pessoas a deslocarem-se para assistir a missas, funerais – que foi o caso – e outras actividades, fazendo-se transportar nas suas viaturas.
O encerramento do trânsito cortou o acesso a toda a zona histórica, com prejuízos para estabelecimentos de hotelaria, cafés, padarias, restauração etc. As próprias viaturas de aluguer não tiveram acesso às respectivas praças. Houve autocarros de excursões que se dirigiam para as Termas e tiveram de estacionar em frente às Finanças. Concordo que se realizem provas desportivas, mas não concordo que seja cortado o trânsito desta forma, retirando totalmente a vida ao centro histórico da cidade. Será que a nossa cidade e o nosso concelho não dispõe de locais mais apropriados para realizar estas provas, sem prejuízo para os que cá vivem e trabalham e para quem nos visita? Será que não deveria ter sido feita a devida publicitação?
Deixo o alerta para que em futuros eventos se tenham em conta todas estas questões.
A sinalização da A24 é muito deficitária e causa graves transtornos aos seus utentes; na rotunda da Fronteira é muito pouco explícita, o que leva a que as pessoas se enganem nas direcções que pretendem tomar. Aqui na cidade, junto à escola Dr. Júlio Martins está uma placa que indica A24 / Espanha, mas também devia ter A24 / Vila Real e A24 / Guimarães. O mesmo acontece em Outeiro Seco, depois da Senhora da Azinheira, onde está uma placa que indica Espanha à direita; voltada em sentido contrário está uma outra que diz Vila Real, o que leva as pessoas a voltar

para trás. Situação igual verifica-se na rotunda do L'ECLERK, numa placa que apenas indica A24 / Espanha, A24 / Vila Real mas não tem Guimarães. No Seara, sentido Chaves, está uma placa que indica Chaves a azul para a direita, e Vila Real a branco; mais à frente está outra que diz Chaves em frente.
Também a A7 é muito deficitária nas placas de indicação de localidades/destinos, nomeadamente quando se vem do aeroporto onde, na entrada, falta uma placa que nos indique Guimarães. Apelo para que estes problemas sejam efectivamente sanados, porque causam muitos transtornos a quem não conhece e se aventura a entrar ou sair de Chaves.
Terminou dizendo que o PSD está a favor da abertura de serviços e não esqueceu que foi o PS que encerrou a Polícia Judiciária em Chaves.
**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que na A24 há situações que são inaceitáveis. Depois de um ano em funcionamento é inaceitável que não tenha áreas de serviço, como também é inaceitável que não haja cobertura de telemóvel em grande parte do trajecto até Vila Real, acarretando sérios problemas de segurança. De igual forma não são aceitáveis as condições das acessibilidades para o centro da cidade. A sinalização é a mesma coisa e já foi aqui referida por diversas vezes. Também no início da A24, ou seja Viseu, não tem qualquer placa a indicar Chaves; tem Vila Real, mas não Chaves.
Como se recordam a providência cautelar sobre a maternidade não foi aceite, representando uma derrota para a estratégia daqueles que defendíamos a sua continuidade em Chaves. Recordo que a minha posição na Comissão de Defesa do Hospital ia no sentido de não ficarmos à espera de decisão da providência cautelar, para tomar outras iniciativas, porque o tempo iria passando e quando houvesse um resultado – que foi desfavorável – já a situação estava, de facto, implementada.
Alerto para o facto de toda esta região vir a sofrer uma profunda crise de falta de médicos e isso não é culpa, nem deste Governo, nem da Administração do Centro Hospitalar. Tem a ver com as políticas dos governos anteriores – PS e PSD – e, certamente, com algumas estratégias da Ordem dos Médicos. Neste momento há uma série de médicos a sair do Hospital de Chaves, porque a procura é enorme, e arriscamo-nos a deparar com situações muito arriscadas no futuro. Há hospitais que neste momento estão a oferecer 80,00€ por hora a médicos para efectuar serviço de urgência. Façam as contas vejam em que é que esta política vai contribuir para desmantelar o serviço público de saúde.
A CDU nos últimos dois/três anos vem alertando que a crise veio para ficar, que vai ser profunda e mais acentuada nas regiões do interior. Disseram que éramos pessimistas e só sabíamos dizer mal. O próprio Governo e o Primeiro – Ministro José Sócrates, até há pouco tempo negaram a evidência da crise que já estava documentada e assumida por todos os economistas. Com isso deram sinais negativos às populações levando-as a continuar a manter um nível de vida e a fazer investimentos que serão incomportáveis, na perspectiva de que a economia iria arrancar. Também permitiu ao Governo fazer um Orçamento para 2008 totalmente irreal -com má fé ou com uma total incompetência.
Discute-se aqui a questão do referendo da ponte, quando temos questões tão sérias a afectar-nos; é o desemprego, a crise económica, a gasolina e o IVA em Espanha que nos afecta mais do que ao interior. Nós também somos Portugal e gostávamos que a CDU fosse reconhecida, porque sempre falou nestas questões com seriedade.
As Assembleias Municipais, que são os órgãos políticos democráticos dos concelhos; têm de começar a tomar posições no sentido de se fazer uma inversão das políticas sociais. A Dra. Manuel Ferreira Leite, no Congresso do PSD alertou para essa situação.

Há pouco, quando me dirigia a esta reunião ouvi na rádio o Senhor Ministro das Finanças, mais uma vez dizer que os grandes projectos de Portugal são o TGV e a OTA. O que a mim me espanta é que eu vivo no mesmo país que o Senhor Ministro das Finanças. É importante reflectir sobre tudo isto, para se entender porque é que o Parque Empresarial tem dificuldades em se desenvolver e também para encontrar caminhos que nos ajudem a encontrar soluções para sair da crise, que no interior não vai passar tão cedo.

**JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES** do PS – usou novamente da palavra para dizer que a Moção apresentada anteriormente não é sua, mas sim do Partido Socialista.

"As propostas apresentadas para a Madalena não são por uma questão de candidatura. O PS sempre teve os melhores candidatos no passado e há-de ter os melhores candidatos no futuro. Nós apresentámos doze propostas e nem o Senhor Presidente da Câmara, nem o Partido Comunista se pronunciou sobre elas, nem apresentou outras para revitalizar a Madalena, porque as não têm. Para além de não ter alternativas, votaram contra. O objectivo desta Assembleia é apresentar propostas para o executivo aceitar, ou não, em termos de execução e foi isso que tentámos fazer com esta Moção.

A CDU diz que se deve encerrar a ponte ao trânsito quando for possível. Eu pergunto quando é que vai ser possível e o que faz falta para que seja possível.

Preocupa-me que o Senhor deputado Luís Carvalho, que é professor de história, tenha dito esta expressão: «só quando a ponte estiver em risco é que lhe deve ser retirado o trânsito»; significa que só devemos tratar de um doente quando ele já estiver numa fase terminal, apesar de termos identificado o problema antes.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – usou o direito de resposta para dizer ao Partido Socialista que deve ponderar sobre as intervenções que faz porque apresentar uma Moção de sete páginas, onde no final é feita uma proposta específica e vir dizer que quem votou a favor, ou votou contra, ou se absteve, se esteve a pronunciar sobre cada um dessas propostas é um disparate. O que o Partido Comunista defende e defendeu-o previamente a esta Assembleia Municipal é que a decisão é política. Até porque a ponte neste momento está fechada e a vida continua.

É necessário que quem vier a decidir o seu encerramento tenha um conjunto de estratégias para possibilitar que o encerramento com o qual todos, no essencial, estaremos de acordo e não seja penalizador de uma franja importante da população que utiliza a ponte indispensavelmente.

**LUÍS DIAS DE CARVALHO** do PSD – disse que o Clube da História do Departamento de Ciências Sociais e Humanas do Agrupamento Vertical Nadir Afonso, realizou em Maio de 2007 uma visita de estudo às Igrejas românicas de Santa Leocádia, Santa Maria de Moreiras, Nossa Senhora da Azinheira e à Capela de Santa Comba, da Granjinha. Nessa visita estiveram envolvidos alunos do 2º e 3º ciclos e foi lançado o desafio, aos alunos, no sentido de se empenharem na recolha de fundos, a fim de restaurar a Capela de Santa Comba.

No início do ano lectivo 2007/2008, o Clube da História, em cooperação com a Associação de Pais e Encarregados de Educação, Conselho Executivo, alunos e professores, lançaram um sorteio que rendeu a quantia de 740,00€.

No dia 23 de Junho foi essa quantia entregue ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves. Trata-se de um contributo singelo, mas simbólico, porque os pequenos cidadãos demonstraram sensibilidade para a salvaguarda do nosso património e estamos certos que o Senhor Presidente lhe dará o encaminhamento devido.

**LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO** do PSD – usou da palavra para informar que já decorreu a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento do PDM onde foi feita uma apresentação do estado dos estudos e do trabalho; haverá mais duas/três

reuniões para conformar o PDM em termos de o conjugar com todas as entidades envolvidas.
"O trabalho pareceu-me ainda um pouco atrasado mas já tem a participação de cerca de setecentas propostas vindas de cidadãos e presidentes de junta. A partir de agora é possível que haja uma maior aceleração dos trabalhos e chamo a atenção, principalmente dos partidos, aos quais vou fazer chegar cópias em CD, através dos seus Grupos Municipais, para me fazerem chegar as vossas opiniões e ideias de trabalho para levar à próxima reunião a ter lugar no próximo mês de Julho".
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que foram colocadas neste período "Antes da Ordem do Dia".

- *Prova desportiva*. Registei a intervenção do Senhor deputado **Pimentel Sarmento**, relativamente à prova de bicicletas todo-o-terreno, cuja partida foi dada por mim às 9,00 horas, e já nesse momento ouvi reclamações pela forma como o trânsito estava condicionado. Deu-se a coincidência de haver um funeral nesse dia, o que dificultou mais a circulação. Ouvi as pessoas e cheguei à conclusão que tendo acontecido esta situação em dois anos seguidos, não voltará a acontecer porque teremos em conta os transtornos que criou.
  Esta prova realizou-se no Centro Urbano, porque de acordo com o calendário e regulamentos, trata-se de uma prova urbana. Felizmente a cidade já dispõe de outras zonas urbanas onde a mesma se pode vir a realizar sem causar os incómodos que este ano causou.
  *Sinalização da A24 e A7*. Para completar a sinalização destas vias vai haver uma reunião no próximo dia 3 de Julho com as Estradas de Portugal.
  *Sinalética na cidade*. A Pró Centro colocou sinalética no Centro Histórico e está em fase de ajuste a nossa proposta para essa zona. Relativamente aos restantes concursos de sinalética, que complementam essa, mas fora do Centro Histórico, houve a necessidade de a compatibilizar, com alterações de última hora e o concurso que estava a decorrer teve de ser actualizado. Ultrapassada essa situação, que está a ser analisada pelos Serviços será colocada no terreno para garantir uma orientação correcta e precisa a todas as pessoas.
- *Áreas de Serviço e Cobertura de Telemóveis*. O Senhor deputado **Manuel Cunha** referiu as Áreas de Serviço e a falta de rede para telemóveis. São assuntos que temos colocado e continuaremos a fazê-lo, mas a verdade é que as concessionárias têm um grau de autonomia muito grande relativamente às Estradas de Portugal. Neste momento está em construção a estação de serviço do Alvão e outras, mas temos pressionado a ENOR e a NORSCUT para dotarem as auto-estradas das áreas de serviço necessárias.
  A Cobertura de Telemóveis não será da responsabilidade das concessionárias, mas sim de outras entidades. De qualquer maneira vou também colocar essa questão na reunião.
  *Falta de Médicos*. Também estou apreensivo com essa situação, mas espero que não culpem a Câmara pela falta de médicos.
  *Zona Empresarial - Plataforma Logística*. A questão não está em saber se só em 2100 estará ocupada, mas sim se a de Barcelona, passados dois anos da sua construção tinha a ocupação que a de Chaves já tem. Não tinha. Não se precipitem nas análises.
- *Moção do PS*. O Senhor deputado **Júlio Alves** fez comentários que não vou referir, mas relativamente às propostas apresentadas, certamente vão dizer na Madalena que o PSD votou contra essas mesmas propostas. O Senhor pode fazer esses comentários na Madalena ou onde quiser, mas temos a nosso favor aquilo que o PS não tem: Nós temos obra feita no Concelho e particularmente na Madalena.

O saneamento da Madalena que é o maior investimento ali realizado, ainda não está concluído. Vai ser colocada, em breve, pelas Águas de Trás-os-Montes, a parte que falta do emissário e eu pergunto-lhe: Qual foi a obra, do ponto de vista ambiental, mais importante e que mais dignificou a Madalena? É um investimento de um milhão e meio de euros, e apenas falta parte de um emissário, desde a Estação Elevatória no Campo da Fonte, até à Rua D. Afonso III, onde está a sua continuidade. A Empresa Águas de Trás-os-Montes, para além da ETAR de Chaves tem um conjunto de emissários entre os quais esse, que irá dar resposta a uma situação mediatizada por um morador e que é a questão de haver, de vez em quando, uma tampa de saneamento que levanta, por excesso de carga. Mas isso também é explicável. Aquela conduta foi feita na gestão do Senhor Engenheiro Branco Teixeira, na década de oitenta e é evidente, que nessa altura, não havia o conjunto de moradores que hoje ali reside, nem a pressão do caudal era a mesma. O novo emissário irá resolver esse problema. Os Serviços têm a preocupação de ir resolvendo essas situações.

Também posso referir as obras que foram realizadas no Campo da Fonte e no Largo de S. Roque e as que estão a ser realizadas nas margens do Rio Tâmega, onde uma grande parte se situa na freguesia da Madalena. Foi a requalificação do Jardim Publico, será o Centro de Convívio e a Pousada da Juventude, cujos projectos estão candidatados a fundos estruturais, que certamente serão aprovados. Estes são exemplos que demonstram que temos obra e propostas para a Madalena e não o "zero" que o Senhor deputado afirmou. O certo é que às pessoas da Madalena lhes interessa muito mais as obras do que as suas propostas e mesmo havendo "zero" propostas como o Senhor referiu, há um número significativo de obras.

Muitas dessas propostas que o Partido Socialista julga ter inventado, estão concretizadas ou sê-lo-ão muito brevemente e isso é que é importante.

- *Visita de Estudo*. Por iniciativa do Senhor deputado **Luís Dias de Carvalho**, foi feita uma visita de estudo a algumas igrejas românicas do Concelho; estive na Escola Nadir Afonso onde tive a oportunidade de reconhecer, perante professoras e alunos, que se empenharam em alertar e dar um ponta pé de saída para que a Autarquia dê início à recuperação da capela românica de Santa Comba na Granjinha. É um papel meritório que esta Assembleia deve reconhecer.
- *PDM*. O Senhor deputado **Luís Geraldes** deu conhecimento dos trabalhos levados a efeito pela Comissão de Acompanhamento do PDM. São cerca de 880 as participações do PDM de Chaves que estão em análise. A título de comparação, refiro um dado que me parece importante. O PDM do Concelho de Vila Nova de Gaia, que é o mais populoso, a nível de toda a Região Norte, teve um número inferior de participações. Isso significa que as pessoas participam e, na devida altura, terão a resposta adequada através de um documento muito importante e que supomos esteja concluído no final do corrente ano. Nesse documento estão incluídos os Planos de Pormenor, nomeadamente o da Madalena.

Entrou-se no "**Período da Ordem do Dia**"

## PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;

**MAIO 2008**

**Dia 07** – Porto: Protocolo com o Governo para construção do Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade.

*Presença do Senhor Primeiro – Ministro.*

**Dia 10** – Visita do Senhor Secretário de Estado da Agricultura: Inauguração das Instalações da Cooperativa Norte Transmontano.

**Dia 12** – Reunião com a INVESFER: Aquisição do Património da REFER.

**Dia 16** – Vidago: Reunião da Direcção da Vidagustermas.

**Dia 20 –** Porto: Reunião sobre o concurso de Energia Eólica.

**Dia 21** – Homenagem a Humberto Delgado.

**Dia 24** - Homenagem aos antigos Presidentes do Grupo Desportivo de Chaves.

**Dia 27 -** Tribunal de Mirandela - Muralha.

**Dia 30 -** Conselho Regional do Norte: Presença do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

**JUNHO 2008**

**Dia 02** - Reunião com Executivos dos Agrupamentos e das Escolas Secundárias: Preparação do próximo ano lectivo (horários, transportes, refeições….).

**Dia 05-** Reunião com a MARTIFER : Energias Alternativas.

**Dia 12 –** Visita do Senhor Embaixador do Brasil.

**Dia 16** – Abertura da Bienal de Arte Chaves 2008.

**Dia 18**- Reunião CLASC.

**Dia 22** – Dia do Idoso.

## INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 23 DE JUNHO DE 2008.

**1- <u>Execução do Plano Plurianual de Investimentos:</u>**

**2-** Dotação Actual do PPI…….25.399.384,02€
Dotação Cabimentada …….. ……. …….20 284 755,60€
Taxa de Execução Física do PPI …….. ……..……...**79,87%**

**2 – <u>Execução do Orçamento:</u>**

**2.1 . <u>Execução do Orçamento da Despesa:</u>**
Dotação Actual do Orçamento ……. 53.421.659,35€
Dotação Cabimentada ……... 38.895.412,46€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa …….. ……**72,81%**

**2.2** . **<u>Execução do Orçamento da Receita:</u>**
Dotação Actual do Orçamento…….53.421.659,35€
Receita Liquidada ……. 15.701.355,84€
Grau de Execução do Orçamento da Receita…… .**29,40%**

**3 – Situação das Responsabilidades Financeiras Assumidas pela Autarquia:**

**3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:**

| Data | Dívida de Curto Prazo |
|---|---|
| 2007.06.22 | 17.062.653,54€ |
| 2007.09.21 | 16.923.366,66€ |
| 2007.12.17 | 15.800.516,91€ |
| 2008.02.25 | 15.646.657,62€ |
| 2008.06.23 | 15.218.936.30€ |

**3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:**

| Data | Dívida de M/L Prazo |
|---|---|
| 2007.06.22 | 17.269.143,66€ |
| 2007.09.21 | 16.940.169,44€ |
| 2007.12.17 | 16.627.506,67€ |
| 2008.02.25 | 16.432.449,45€ |
| 2008.06.23 | 15.941.081,20€ |

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra para informar que o edifício onde está a decorrer esta sessão se encontra genericamente concluído, faltando acertar alguns pormenores. Convidou os presentes a visitar todo o complexo, que inclui um parque subterrâneo, com capacidade para cerca de duzentas viaturas, para além de outros espaços, nomeadamente os destinados a bandas de garagem que poderão treinar sem prejudicar o descanso da vizinhança e todo um conjunto de equipamentos disponíveis, destinados a todos os flavienses.
Estranhamente a comunicação social referiu que neste espaço não se consegue introduzir um piano, o que não é verdade. Um piano tem normalmente 1,50 m de largura do teclado, a porta de cargas e descargas tem 2m de largo, logo essa afirmação é leviana e/ou eivada de má fé.
Na última Assembleia Municipal o CDS/PP apresentou uma "Moção", no sentido de se regulamentar a falta de cumprimento na execução de obras, por parte dos empreiteiros, com as respectivas penalizações. Informo esta Assembleia que está a ser preparado um Regulamento pelos Serviços competentes que visa esta matéria e virá a este Órgão para sancionamento logo que esteja concluído.
Também na última sessão deste Órgão dei conhecimento aos Senhores deputados que tinha sido entregue a candidatura do Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade. Já está aprovado no novo QREN, com um volume de investimento de 3,4 milhões de euros e é, efectivamente, o maior projecto aprovado nesta área, conforme indica a comunicação social. A candidatura do Centro de Vidago também já entrou aguardando-se a sua aprovação.
A Providência cautelar interposta pelo Município de Chaves relativamente à Maternidade, foi aceite, foi julgada mas não foi dado provimento à nossa argumentação, por terem considerado não haver perigo de morte, em função dos

meios colocados à disposição. Essa informação está disponível para quem a deseje consultar.
Oportunamente anunciei que determinadas escolas do Concelho seriam transformadas em Centros de Convívio. A nossa ideia inicial era fazer intervenções relativamente leves, nos edifícios, com a finalidade de os poder disponibilizar o mais breve possível em favor da população mais idosa; entretanto, de acordo com a legislação aplicável e por iniciativa dos técnicos da autarquia, responsáveis por essa área, os projectos foram totalmente reformulados com intervenções mais profundas, quadruplicando o valor dos custos em obra, relativamente ao inicialmente previsto. Esta situação vai obrigar a que as intervenções sejam mais demoradas, mas é preferível fazê-las bem feitas e com sustentabilidade, para que venham a ser aprovadas pela Segurança Social, que só assim as apoiará.
Informo também esta Assembleia Municipal que a Autarquia está a fazer uma intervenção na zona industrial da Cocanha. Nesta altura já estão concluídos os passeios, estamos a preparar o estacionamento e vamos fazer a repavimentação.
As caixas/contentores para recolha dos resíduos sólidos que ali tinham sido colocados foram retirados, por razões ambientais e legais. Os técnicos da Câmara e a RESAT tiveram o cuidado de contactar todas as pessoas que ali exercem a sua actividade, explicando-lhes a razão da sua retirada, por razões ambientais. Nem todos os resíduos podem ser vertidos neste tipo de contentores. Em função disso e perante a legislação aplicável, todos os operadores da zona industrial da Cocanha vão ter de tratar os resíduos industriais que produzem directamente na RESAT. Outros contentores instalados no Concelho vão ser retirados, pela mesma razão. Quando foram colocados foi com o intuito de que fossem ali depositados, frigoríficos, fogões, camas, colchões e deixassem de aparecer à beira das estradas. Foi para este tipo de resíduos que foram adquiridos, não para óleos, tintas, vernizes e outros resíduos industriais e de construção civil.
Este Governo aprovou legislação que transfere mais competências para as autarquias, na área de Educação. A ANMP recomendou aos Municípios que não façam contratos com o Governo, sem primeiro analisar, cada um por si, a situação em concreto. No caso de Chaves, temos actualmente, no ensino obrigatório 4.381 alunos, 149 funcionários, o que dá uma média de 1 funcionário por cada 29 alunos. No corrente ano o Governo propunha-se transferir o montante relativo às despesas com esses funcionários para nós lhe pagarmos, mas o que está na lei das Finanças Locais é que esse valor entra no Fundo Social Municipal, com a fórmula e critérios ali definidos. No Concelho de Chaves e de acordo com essa fórmula viríamos a receber, por cada funcionário, cerca de dez mil euros/ano o que, em termos de futuro, não chegará para os seus salários.
É meu entendimento que se a Autarquia de Chaves assumir essa responsabilidade vai responder com mais capacidade e mais qualidade às necessidades dos alunos, mas não pode fazê-lo de qualquer maneira.

## PONTO 2 - PROGRAMA "PAGAR A TEMPO E HORAS" FINANCIAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS. INFORMAÇÃO N.º 12/DGFEP/2008;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a Proposta que está em análise é suficientemente elucidativa. O que se pretende é que a Assembleia Municipal autorize a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, no montante de 4.000.000,00€. Este empréstimo destina-se à promoção da redução de prazos de pagamentos a fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros nº. 34/2008, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Programa "pagar a Tempo e

Horas", ao qual a Câmara de Chaves aderiu. A análise feita às propostas apresentadas aponta para que a adjudicação seja feita ao Banco "Caixa de Crédito Agrícola".
Este procedimento vai permitir que sejam pagas facturas a determinados fornecedores/prestadores de serviços, mas também vai trazer encargos para a Autarquia, nomeadamente: 60% do total do financiamento (2.400.000,00€) é suportado pela Autarquia e terá de ser pago em cinco anos, através de prestações semestrais. Os restantes 40% (1.600.000,00€) é entregue pelo Estado e no final dos cinco anos serão pagos juros, ou não, em função do cumprimento da cláusula anterior.
Na documentação anexa à Proposta pode verificar-se que a Câmara de Chaves não está tão mal como a pintam, em termos financeiros, pelo contrário. Senão vejamos: *empréstimos de curto prazo* - margem 1.668.000€; *endividamento de longo prazo* – margem 8.582.000, €; *margem de endividamento* liquida – mais de 4 milhões de euros.
**DEPUTADA LIDIA MARIA MACHADO DOS SANTOS** do PS – depois de cumprimentar os presentes perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quais os fornecedores a que os montantes em causa se destinam. Disse ainda que tendo em conta tratar-se de um Programa de múltiplas vantagens, a bancada do PS vai viabilizar a Proposta e louvam o facto de a Autarquia ter aderido. Disse que o empréstimo irá onerar a dívida de médio e longo prazo.
**DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que é muito sensato o pagamento a tempo e horas.
Estas medidas chegam agora porque os atrasos nos pagamentos existem há muitos anos, quer por parte de Estado – que é o principal devedor – quer da parte das Autarquias. Esta é mais uma medida que constata a profundidade da crise, uma vez que o que ela visa é injectar no sistema dinheiro para o tentar relançar.
A CDU não tem nada a opor e vai viabilizar a Proposta, lembrando outras propostas apresentadas pela CDU nomeadamente as relativas aos aumentos da função pública, que são a referência para os restantes trabalhadores e fossem suficientes para encobrir a inflação. Não o foram porque o Governo, vergonhosamente, mais uma vez se enganou nos cálculos, aliás desde o 25 de Abril que os governos não acertam na inflação. Se isso tivesse acontecido, seria outra forma de relançar a economia, beneficiando aqueles que trabalham.
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às intervenções que foram feitas sobre este ponto.

- Informo a Senhora deputada **Lídia Machado dos Santos** que os montantes em causa se destinam a pagar aos seguintes fornecedores; RESAT, Anteros Empreitadas, Telha bel, ADSE e Auto Viação do Tâmega. O endividamento aumenta a longo prazo, nos dois milhões e quatrocentos mil euros que vamos buscar à banca, mas vai também aumentar a margem de endividamento líquido, porque pagamos dívidas de curto prazo. Em termos de gestão este é o caminho correcto, quer do ponto de vista de longo prazo, quer do ponto de vista da gestão corrente do Município.

*Posta à votação foi a Proposta aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 3 - PRIMEIRA REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2008. PROPOSTA N.º 02/DGFEP/08;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que uma gestão correcta se prova ao não ter necessidade de apresentar orçamentos rectificativos. Pela primeira vez, desde há muitos anos, a Câmara Municipal de Chaves não necessita de fazer uma revisão orçamental, utilizando o saldo do ano anterior.
Esta revisão é feita para: **1**. Recepção, após o encerramento do exercício económico anterior, de dois cheques referentes à devolução de um valor pago em excesso, no total de 673,05 €; **2**. Abertura de uma rubrica para acções da Chaves Parque, com quem estamos a negociar a participação no Parque Empresarial; **3**. Inscrição na rubrica "Activos Financeiros" de 5.000,00€ para participação na criação da Flavifomento; **4**. Retirada de verba da obra da Av. da Trindade – onde estava previsto um maior volume de investimento esta ano - que passa para o próximo ano.
Tudo isto prova que a gestão do Município de Chaves é correcta, eficaz, sólida, que nos coloca na primeira linha dos municípios que estão aptos a enfrentar o futuro. Na Câmara Municipal de Chaves não se verifica crise de execução de obras; em contra – ciclo, estamos com o maior volume de obras de sempre. A reforçar essa situação temos ainda uma situação económico-financeira favorável.
**DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES** do PS – depois de cumprimentar os presentes disse concordar que a gestão financeira do Município tem, efectivamente, vindo a melhorar. Referiu um artigo publicado no " Diário de Notícias" que menciona as Autarquias com menor liquidez no país, dizendo que em trezentos municípios, a Câmara Municipal de Chaves, na liquidez financeira está em vigésimo sétimo lugar. Pediu esclarecimento sobre este assunto.
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que o Senhor deputado Trindade Mendes se esqueceu de dizer a que ano se referia o artigo que mencionou. Esse artigo referia-se ao ano de 2006 e depois disso já foram aprovadas as contas de 2007. A explicação é muito simples e prende-se com o grande volume de obras em fase de conclusão nesse ano de 2006; para além disso acresce o facto de nesse ano as receitas terem sido as mais baixas dos últimos três anos. Mas liquidez não significa má gestão, significa sim capacidade de pagamento aos fornecedores e se a tivéssemos não necessitávamos de aderir ao Programa "Pagamento a Tempo e Horas". Refira-se novamente o facto de os proveitos diferidos em 2007 serem superiores à totalidade da dívida de curto prazo.

*Posta à votação foi a Proposta aprovada com 55 votos a favor, 11 abstenções e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 4 - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA, DE CAPITAIS MINORITARIAMENTE PÚBLICOS, PARA CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE DESPORTIVO DE CHAVES E DE TODAS AS INFRA-ESTRUTURAS QUE O COMPÕEM. PROPOSTA N.º 53/GAPV/2008;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que o que se pretende é que a Assembleia Municipal autorize a abertura de um concurso para selecção de um ou mais parceiros privados, com capacidade técnica e financeira, para que, em parceria com a Autarquia, possam vir a construir o Parque Urbano Desportivo de Chaves.
É comum as Câmaras Municipais efectuarem parcerias público privadas para execução de grandes obras. Mafra é a Autarquia do País com maior liquidez e construiu os seus Centros Escolares – investimento de 87 milhões de euros - e outros equipamentos desportivos, em parceria com empresas privadas, nos mesmos moldes em que nós pretendemos abrir o concurso para construir o Parque Urbano

Desportivo. Viseu, Faro e outras Autarquias também usaram este tipo de procedimento.
Nesta altura não estamos a discutir a parceria. Essa virá, numa segunda fase, a esta Assembleia Municipal para serem definidos os seus termos definitivos. O que hoje está aqui em causa é apenas a abertura do concurso para escolha dos parceiros.
Li a declaração de voto do Partido Socialista sobre esta matéria e mais uma vez constatei que o PS culpa constantemente o pessoal em qualquer procedimento que a Câmara pretende efectuar, inclusive na abertura deste concurso. Eu pergunto – lhes o que é que tem o pessoal da Câmara a ver com este assunto, quando o que se pretende é abrir uma concurso para fazer uma parceria que permita construir o Parque Urbano Desportivo de Chaves.
**DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES** do PS – usou da palavra para dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista sobre esta matéria, comunga das mesmas preocupações expressas pelos vereadores do Partido Socialista, vertidas na sua declaração de voto, apresentada na reunião de câmara do pretérito dia 16 de Junho de 2008.
"Relativamente a este tipo de parcerias e engenharias financeiras a que este executivo nos vem habituando, sempre nos suscitaram as maiores reservas e interrogações. Já por algumas vezes neste mandato e no anterior, expusemos as nossas dúvidas e comentários em relação a casos similares de completa cedência de património municipal a sociedades que se vieram a revelar completamente improdutivas e inoperantes.
O nº. 2, alínea f, do art. 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº.5-A/2002, refere textualmente que compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e desenvolvimento, criar, construir e gerir instalações, equipamentos e serviços colocados, por lei, sob a administração municipal.
Assim, em relação à criação desta sociedade pergunta-se: se a Câmara Municipal vai ser, como parece, minoritária no capital da dita sociedade, de que forma vai poder cumprir o que está legalmente estatuído. Ou seja, de que maneira sendo o município minoritário na sociedade vai poder ter o necessário «ius imperium» para decidir sobre a gestão das instalações, dos equipamentos e dos serviços que entretanto serão criados?
Não poderá corre-se o risco dos detentores da maioria do capital social da dita sociedade, poderem impor, futuramente, condições ou clausulas gravosas para o município em sede do contrato de arrendamento, e que o município, por estado de necessidade, de fruição desses equipamentos, que serão únicos no concelho, terá de as aceitar? Será que tal risco de possível futura submissão, por estado de necessidade é, de todo, aceitável?
Por outro lado, qual a garantia de que o acesso às futuras instalações será livre e gratuito para os munícipes.
Face às reservas, interrogações e ao elevado risco, que este tipo de parcerias e engenharias financeiras podem comportar para o município, bem como, à saga desenfreada de alienação de competências que, legalmente, deviam estar acometidas ao município, levam a que o Grupo Municipal do Partido Socialista vá votar, em consciência, contra a presente proposta".
**DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – referiu que no essencial subscreve a intervenção do Senhor deputado José Mendes, porque entendem que, pouco a pouco, o estado e as autarquias, vão alienando responsabilidades, onde, as parcerias privadas que estão do outro lado, têm como principal objectivo o lucro. Por essa razão vão votar contra.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que os senhores deputados exigem frequentemente a disponibilização de equipamentos desportivos, mas ao vir aqui dizer que votam contra a Proposta apresentada estão, manifestamente a contradizer-se, dado que se não for desta maneira nunca serão construídos.
A Câmara Municipal de Chaves apenas pode candidatar a financiamento nacional as Piscinas Municipais e o Pavilhão Gimnodesportivo, que são equipamentos muito necessários. Mas não tem hipóteses de candidatar mais nada porque o montante disponível para equipamentos desportivos não vai, certamente, ser atribuído na sua totalidade, ao Município de Chaves. Desta forma ficam de fora os campos de relva sintética, os circuitos para bicicletas, as áreas para desportos radicais e outros, tão defendidos neste Fórum pelo Partido Socialista. Se os Senhores deputados que estão contra tiverem uma proposta melhor do que a que está em discussão, venham aqui e expliquem-na.
Se esta forma de candidatura fosse inventada por nós e não houvesse, por esse País fora, outras autarquias a fazer o mesmo, ainda podíamos duvidar. Mas há várias a construir equipamentos importantíssimos por esta via.
O Senhor deputado Trindade Mendes invocou o facto de a Câmara vir a ser sócio minoritário e eu pergunto-lhe: Mesmo em minoria, desde que o Pacto Social diga que as decisões têm de ser tomadas por 90% do capital e se o sócio minoritário tiver 20%, tem ou não capacidade de decidir em igualdade com o sócio maioritário? Tem.
O que hoje está aqui em questão é pura e simplesmente o pedido de autorização para abertura de um concurso. As propostas concorrentes serão analisadas, nos termos constantes do Anúncio Público, Programa de Procedimento e Termos de Referência. O Relatório final será trazido a esta Assembleia Municipal para sancionamento ou não. Pode até acontecer que das propostas que virem a ser apresentadas, nenhuma tenha condições para a formação da parceria pretendida. Se assim for serão rejeitadas e os equipamentos serão feitos ao longo do tempo, com os recursos próprios.
Como podemos dar a conhecer o Pacto Social se não sabemos quem é o parceiro? O concurso ainda não teve lugar e pode até acontecer que não apareça nenhum concorrente interessado. Hoje, aqui, está simplesmente a abertura do procedimento e não é condenável a Autarquia tentar esta forma.
Na sua intervenção o Senhor deputado pergunta se haverá livre acesso. Claro que sim, porque essa será uma das condições a colocar no respectivo Regulamento. Se não tivermos o equipamento desportivo não vamos poder colocá-lo a disposição dos flavienses, nem responder a toda a expectativa que há para a prática desportiva. Repito mais uma vez que a Proposta em discussão é simplesmente para autorizar a Câmara a abrir o concurso. A decisão final virá novamente à Assembleia Municipal para se pronunciar e sancionar se assim o entender. Temos obrigação de defender, não a massificação do desporto, mas sim a sua democratização. E a diferença entre os dois termos na prática é: massificar o desporto é dizer que todos têm acesso a ele; democratizar o desporto é dar a cada um a possibilidade de o praticar.
**DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que no seu entender se está a tentar criar um gigante em termos de infra-estruturas desportivas e democratizar e massificar o desporto não obriga a que se façam investimentos tão grandes. Em Cuba, com infra-estruturas mínimas é possível democratizar e massificar o desporto; construir uma “gigante” só será possível através de parcerias público - privadas.
O que o Presidente da Câmara diz é só uma parte da verdade, porque com 15% pode bloquear, mas não pode decidir.

**DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES** do PS – usou de nova da palavra para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que subverteu tudo o que o Partido Socialista disse na sua intervenção.
"Nós não dissemos que a Autarquia não tinha legitimidade para tentar, por todos os meios, construir o Parque Desportivo. O que nos parece é que a Proposta contém situações onerosas para o Município e há interrogações que se levantam, nomeadamente: Será que o complexo vai ocupar os 238 mil, 540 metros quadrados de área? Haverá outro tipo de construções a implantar nessa zona? A negociação só vai incidir sobre esses terrenos?
"Quando se discutiu neste Fórum o Centro Comercial de referência, também havia dúvidas nessas questões. Há situações que não estão aqui devidamente explicadas. Nós, tal como o executivo, também queremos o Centro construído, mas queremos que o processo seja transparente e seja isento de qualquer tipo de polémica futura".
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** - respondeu às intervenções havidas e disse:
"1. Gostaria que me fosse explicado porque é que o princípio das SCUT'S tem a total concordância do Partido Socialista e nesta situação, que é o mesmo modelo, estão contra.
2. O Senhor deputado Trindade Mendes sabe perfeitamente que se a Autarquia usar o direito expropriativo sobre os terrenos, estes só podem ser utilizados com o fim para que foram expropriados, sob pena de ser accionado o direito de reversão.
3. Foi entregue a cada um dos Grupos Municipais o respectivo Plano de Pormenor do Parque Desportivo com todas as áreas definidas.
O Senhor deputado Manuel Justino disse que se pretende construir um Parque Desportivo megalómano e eu pergunto-lhe porque? Ao desaparecer o Campo do Flaviense e o Campo de Treinos do Desportivo ser ocupado com o acesso ao novo Campo da Feira, os novos espaços serão a contrapartida. Os Juniores do Desportivo, que são muitos, chegam a ir praticar desporto a Santo Estêvão e a outros campos. Não são campos a mais, pelo contrário vai ter de se racionalizar os espaços, porque as nossas crianças treinam, normalmente em horário pós-lectivo e vão ter um campo que lhe permita jogar futebol e praticar outros desportos, que hoje não tem, nomeadamente atletismo, lançamento de dardo etc. Também fica prevenida uma área que, caso um dia seja necessário urbanizar a zona norte, onde hoje se encontra o Estádio Municipal, o Grupo Desportivo pode implantar ali o seu campo de jogos.
Os campos ficarão disponíveis mediante o pagamento de uma renda a pagar pela Câmara e aí quem paga manda.
*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 51 votos a favor, 5 abstenções e 12 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*
O Senhor deputado **Anselmo José Martins** fez a seguinte Declaração de voto: " abstive-me por duas razões: **1ª**. Porque sou sensível, nos dias de hoje, às parcerias público - privadas; reconheço que hoje é uma das formas de fornecer os equipamentos necessários para usufruto das populações. **2ª**. Abstive-me ainda porque embora reconheça o objecto desta proposta, que é única e exclusivamente para encontrar um parceiro, queria que o Senhor Presidente me desse a noção do esforço financeiro da Câmara neste projecto, das competências na sua gestão e a forma como o cidadão o vai usufruir. Como não obtive nenhuma destas informações prévias, abstive-me, senão votaria favoravelmente esta Proposta".

**PONTO 5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR. INFORMAÇÃO N.º 219/DED/08 DE 2008-05-29;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – disse que aquando da votação da Primeira Proposta de Regulamento houve um conjunto de aportações que há medida que se pôs em prática se verificou serem úteis.
Neste primeiro ano concorreram dezassete estudantes para as vinte bolsas que a Câmara abriu. Desses dezassete apenas oito estão a usufruir desse direito. Houve quatro que desistiram porque a bolsa da Universidade era superior, outros quatro já beneficiavam de outra bolsa semelhante à atribuída pela Autarquia e um outro que apresentou rendimentos superiores ao estipulado no respectivo Regulamento.
O motivo desta alteração prende-se com o facto de uma estudante que, por ter outra bolsa de 105,00€, não teve direito à da Câmara que é de 200,00€.
O que agora se pretende é alterar o Regulamento de forma que nos permita poder complementar até ao montante total. Essa estudante, neste momento já está a receber os 95,00€ suplementares.
Neste momento estão atribuídas duas bolsas de 75,00€ cada, para estudantes que estão em Chaves; cinco de 200,00€ cada e a da aluna antes referida no valor de 95,00€.
**DEPUTADA BRIGITE RAQUEL GONÇALVES** do PS – disse que o Partido Socialista já em 2006 tinha sugerido esta alteração, porque refutavam de absurdo que um jovem estudante, ao receber uma outra importância inferior, de qualquer outra instituição o impedia de se candidatar à bolsa da Câmara. Ainda bem que o erro está em vias de ser corrigido, mas lamentamos que, em nossa opinião, venha tardiamente, dado que o Regulamento foi aprovado em 2006. O Senhor Presidente não querendo efectuar logo as alterações que o PS sugeriu, disse que, provavelmente em Abril de 2007 traria de novo este assunto à discussão. Não fez, mas congratulamo-nos que o seja feito agora e vamos votar favoravelmente a Proposta.
Também de acordo com as considerações do PS feitas em Novembro de 2006, que mantêm, continuamos a achar que o Regulamento padece de algumas incorrecções, nomeadamente a imposição da média mínima de 14 valores de ingresso. Isto porque, infelizmente, o insucesso escolar costuma andar de mãos dadas com a questão das carências socioeconómicas. O critério da média pode ser aferido numa questão de desempate e cremos ser injusto que alguém com 13,4 fique liminarmente excluído do concurso. É isto que este Regulamento impõe. Também cremos que é absolutamente redutor impor como única referencial a média de ingresso. É extraordinariamente comum um aluno ingressar no Ensino Superior com uma média de 13 valores e no segundo ou no terceiro ano, com a licenciatura a meio curso, já tem uma média de 16 valores. Este aluno, que no decurso do seu percurso académico chega ao 2/3º anos da faculdade com uma média de 16 valores é, face a este Regulamento, impedido de se candidatar, uma vez que quando concorreu apenas tinha uma média inferior a 14 valores. Em nossa modesta opinião a média que deve ser atendida é média do último ano, porque não é obrigatório que o aluno se candidate à bolsa logo no primeiro ano.
Continuamos a considerar que este Regulamento não contempla situações de excepção e discriminação positiva, nomeadamente para estudantes que revelem mérito especial em actividades desportivas ou artísticas e exige os mesmos requisitos para alunos portadores de deficiência, para os quais defendemos também alguma discriminação positiva.
Terminou fazendo o seguinte pedido de esclarecimento: o nº. 2 do art. 3º anteriormente dizia que "o número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal é no máximo de vinte em cada ano escolar"; a actual redacção proposta diz "o número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal é no máximo até vinte em cada ano escolar".

**DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que na actual situação portuguesa, com tantas dificuldades é legitimo que as autarquias, nomeadamente as do interior apoiem os estudantes que vão frequentar o ensino superior, tanto mais que a maioria deles é obrigado a ir para bem longe.
Se a quantidade de candidatos tem sido inferior ao número de bolsas a atribuir, exigir a fasquia dos 14 valores, não será muito justo. Por essa razão, no seu entender, poderiam ser consideradas outras situações.
Restringir os apoios à capitação de um salário mínimo no agregado familiar também é muito restritivo. Para quem tiver rendimentos e impostos transparentes, ultrapassar o salário mínimo, por uma margem relativamente pequena, não impede que haja extrema necessidade de apoio para frequentar o ensino superior. Se o estado se vai demitindo desse apoio e se a Autarquia o pode dar, entendo que para além de baixar a média de candidatura, também o rendimento «per capita» do agregado familiar poderia ir tranquilamente até uma vez e meia o salário mínimo.
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu a Senhora deputada Brigite Raquel que não há qualquer erro ou omissão no nº. 2 do art. 3º do Regulamento.
O número a atribuir é, efectivamente, até ao limite de 20 bolsas por ano. Com a redacção anterior esse número era passível de aumentar e ao fim de 5 anos estaríamos a apoiar 100 alunos, o que seria incomportável. A atribuição deste apoio pela Câmara não é uma regra – é uma excepção. Quem tem e deve apoiar os estudantes é o Estado. A Câmara de Chaves acrescenta, excepcionalmente, um apoio a estudantes com dificuldades económicas.
Sem colocar em causa as propostas da Senhora deputada, neste momento, perante os dados de que dispomos, será mis conveniente agir com prudência. A questão da aluna que antes referi, foi resolvida atempadamente e só vem aqui para que o Regulamento esteja conforme. Ninguém até à data foi prejudicado.
No caso que referiu, de um candidato carenciado que em vez de catorze tenha treze de média, entendo que quem analisar o processo vai ponderar e será encontrada a melhor solução.
Esclareço que as candidaturas às universidades são feitas no princípio do ano lectivo e só a partir daí é que os alunos sabem para onde vão e as necessidades que vão ter. Daí que os processos sejam analisados até ao final de cada ano. A experiência vai-nos dizer e precaver perante a própria evolução.
Os deficientes não estão abrangidos por este Regulamento, mas são apoiados à parte. A Câmara Municipal paga transportes de alunos que se deslocam de Chaves ao Porto e outros destinos. Temos o caso concreto de um concidadão que fez o curso de direito – iniciou-o com o executivo anterior – e continuou pelos anos seguintes com a autarquia a pagar-lhe os custos.
A nossa perspectiva é avançar com alguma prudência, agindo com casos concretos e qualquer alteração que seja necessário introduzir virá a esta Assembleia

*Posta à votação foi a Proposta aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 6 - REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO E DE EDIFICAÇÃO E TABELA DE TAXAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS EM VIGOR NO CONCELHO DE CHAVES – RECTIFICAÇÃO –. PROPOSTA N.º 52/GAPV/2008;**
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que esta Proposta vem a este Órgão em função da entrada em vigor no passado dia 3 de Março de 2008, da Lei nº. 60/2007, de 4 de Setembro, que altera pela sexta vez, o Decreto-lei nº. 555/99, de 16

de Dezembro – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – por se verificar alguma inexactidão no seu art.3º. e no quadro VI da respectiva Tabela.

*Posta à votação foi a Proposta aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 7 - TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO SISTEMA DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA A EMPRESA "EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A." PROPOSTA 56/GAPV/2008;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** explicou que na sessão da Assembleia Municipal realizada no passado mês de Fevereiro foi sancionada uma Proposta relacionada com a alteração dos Estatutos da EHATB e na sessão de Abril foi aprovada outra Proposta que autorizou a transferência do Tratamento dos Resíduos Sólidos para a mesma Empresa.

Esta última Proposta foi feita com base em pareceres jurídicos de especialistas que sustentavam que a Empresa EHATB - com capitais sociais das Autarquias do Alto Tâmega em número igual – estaria qualificada, juridicamente, como empresa intermunicipal abrangida pela Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que consagra o novo regime do sector empresarial local.

Esta situação suscitou algumas dúvidas e foi solicitado, pela própria empresa, um parecer à DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, entidade de tutela e autora da Lei que regula as empresas municipais, tendo esta respondido que a EHATB nem é municipal, nem é intermunicipal, regressando à forma antiga, Sociedade Anónima com capitais exclusivamente públicos.

Perante isto, o suporte jurídico em que nos baseámos não tem sustentabilidade, pelo que se regressa a forma inicial, extinguindo, de imediato os efeitos das deliberações anteriormente tomadas. Assim o Tratamento dos Resíduos Sólidos regressa à competência da Câmara Municipal. Nunca chegou a ser feito pela EHATB.

A situação é idêntica para o ponto seguinte.

**DEPUTADO JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES** do PS – disse que a sua bancada vai votar favoravelmente esta Proposta e a do Ponto seguinte, porque é necessário repor a normalidade da situação.

"Se a DGAL tivesse sito consultada antes de pedir outros pareceres a juristas, que certamente foram bem pagos, estaríamos a ganhar tempo e recursos.

O Conselho de Administração da EHATB, reúne uma ou duas vezes por mês, recebendo por cada reunião cerca de 800,00€ ilíquidos e uma vez que o Senhor Presidente tem assento no Conselho de Administração e vai às reuniões, gostaria de saber qual a estratégia relativamente ao futuro da Empresa, dado que a Câmara Municipal tem a sua quota de participação. Também gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara, enquanto membro do referido Conselho, fez alguma proposta de criação de valor, ou se os seus contributos se traduziram numa criação de valor para a Empresa EHATB.

Também tenho conhecimento que a EHATB proporciona aos membros do Conselho de Administração viagens para ver novas tecnologias e novas oportunidades de investimento e gostaria de saber se têm trazido alguma criação de valor para a Empresa. Queria saber ainda se não seria útil repensar o modelo do Conselho de Administração da EHATB e se não faria mais sentido termos um gestor profissional que pudesse criar um novo modelo de gestão e uma criação de valor maior para a Empresa".

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado Júlio Eliseu o seguinte:

"Quanto às viagens estou completamente à vontade. Não as tenho feito. E se quiser saber mais pergunte ao Senhor Presidente da Câmara de Montalegre, seu camarada. Refiro que em 2007 um jornal de Chaves falou sobre viagens e depois teve de desmentir porque não fiz, nem farei nenhuma dessas viagens.
O Conselho de Administração já tem um gestor profissional. O Senhor Engenheiro António Rodrigues está desde a fundação da Empresa na EHATB. Vir agora, no final de todos estes anos, querer retirá-lo das funções para colocar outro é, no mínimo, ter pouco respeito pelas pessoas e sobretudo por quem muito trabalhou para a empresa.
O Senhor disse também que cada membro do Conselho de Administração recebe oitocentos euros por cada presença nas reuniões. É mentira. Recebe quinhentos e desses quinhentos desconta 25% logo no processamento, mais o respectivo IRS. O Senhor deputado não só omite a verdade, como é insidioso na forma com veio falar no assunto.
Esclareço ainda o Senhor deputado que o Presidente da Câmara Municipal de Chaves apenas recebe essas senhas de presença há um ano e sabe porquê? Porque durante três anos fui Presidente da Assembleia - Geral das Águas de Trás-os-Montes e no final desses três anos a Empresa notificou-me dizendo que tinha direito a uma senha de 492,00€, por cada reunião que presidi. Nessa altura eu respondi que não queria esse dinheiro. Hoje estou arrependido, porque teria feito um donativo a uma Instituição de Solidariedade Social. Se eu como Presidente da Assembleia - Geral tinha direito a 492,00€, imagine o Senhor deputado, quanto recebiam os membros do Conselho de Administração.
Porque é que o Senhor deputado não faz uma investigação pelas empresas deste país e depois de saber o que recebem os membros dos Conselhos de Administração em senhas de presença ganhe coragem e vem aqui dizê-lo?
O Senhor pôs em causa a Administração da EHTB e em contrapartida é de opinião que se contrate um gestor profissional, como se isso resolvesse tudo. Poupava com isso? Já fez contas? Com isso o Senhor demonstra uma completa ignorância sobre a gestão de uma Empresa que hoje tem um valor incalculável para os Municípios.
Desde que exerço as funções de Presidente da Câmara de Chaves presidi um ano à EHATB, porque essa função é rotativa e nesse ano a Empresa teve uma mais valia de 2.800.000,00€, dos quais pagou mais de 500 mil euros de impostos; gerir uma empresa com este volume financeiro, que cria riqueza em toda a região, veja se não é uma grande responsabilidade.
Aconselho mais uma vez o Senhor deputado a dirigir-se ao Conselho de Administração, onde estão todos os Presidentes de Câmara do Alto Tâmega, consulte o Gestor da Empresa – Eng.º. António Rodrigues – pergunte como tudo funciona e depois de esclarecido não vai cometer mais o conjunto de atropelos que proferiu nesta tribuna".
**DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse não ser de bom-tom levar a questão para o aspecto individual, porque é muito complicado e presta-se a muitas interpretações. Apesar disso o Presidente da Câmara caiu na armadilha porque salientou que ele não vai, mas que os outros vão – o que também não lhe ficou bem.
"A verdade é que há uma Empresa com capitais exclusivamente públicos, conforme parecer da DGAL, que paga pela presença nas reuniões do Conselho de Administração 500,00€, valor superior a um salário mínimo. Ao mesmo tempo que restringimos as bolsas de estudo, pagas pela Câmara, à capitação de 400,00€ por mês. A questão das viagens não foi desmentida e o que está em causa é o dinheiro de todos nós.
Não conheço o Eng.º. António Rodrigues, que suponho exercerá funções a tempo inteiro e também não vou perguntar quanto é que ele ganha e quais os impostos que

paga, mas o que é espantosos é que este é o país que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata criaram onde os autarcas saltam para as empresas e vice-versa, com todas as mordomias. Não estou aqui a fazer nenhuma acusação individual, porque o comportamento das pessoas, individualmente, não é todo igual. O que chamo a atenção é para a forma como os sistemas estão montados, porque ninguém desmentiu as viagens ao Brasil – que eu desconhecia. Sabemos que o Presidente João Batista não foi – honra lhe seja feita – mas também não disse que os demais Presidentes de Câmara foram todos, o que também não lhe fica bem.
A noção que fica é igual à situação que se verifica com o Dr. Vítor Constâncio, Presidente do Banco de Portugal, que ganha mais do que o Presidente da Reserva Federal Americana e ainda por cima entende que os salários dos portugueses deviam baixar, porque só ele é que trabalha bem.
Não é a questão individual que está aqui em causa, mas sim o sistema que está criado, que concede mordomias as quais não são muito diferentes da Administração do BCP que concedia salários chorudos a todos os seus membros, apesar de ser um banco privado. E eu não tenho dúvidas que se este Presidente da Câmara sair e vier outro do Partido Socialista, vai receber as senhas de presença e vai às viagens. O que surpreende é a facilidade com que a máquina é montada e depois o circuito anda sempre à volta.
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** usou novamente da palavra para dizer ao Senhor deputado Manuel Cunha que é fácil fazer demagogia com as coisas, porque foi o que fez com a sua intervenção.
O Senhor sabe que ninguém põe em causa o valor pago em horas extraordinárias pela prestação de determinados serviços. Mas vou explicar-lhe porque me referi ao meu amigo e colega de Montalegre, na questão das viagens. Fi-lo porque foi um deputado do Partido Socialista que me fez a pergunta e porque trabalha na Câmara de Montalegre, melhor que ninguém podia estar esclarecido. Não acusei ninguém nem tinha que o fazer, porque isso é público e até foi publicado em jornais. Quando isso foi publicado, a pessoa que escreveu sabia perfeitamente que eu não tinha ido, mas deu a entender que fui e que não paguei do meu bolso. O que não é verdade como é do conhecimento público e conforme desmentido feito, posteriormente, pelo mesmo jornal.
Mas esclareço os Senhores deputados que essas viagens não são a belo prazer dos membros do Conselho de Administração. Existem razões e objectivos a atingir com isso, nomeadamente congressos de energia eólica, visitas a investimentos idênticos com aplicação de novas tecnologias, etc. É o mesmo que acontece com os médicos quando viajam para outros países para participar em congressos ligados à medicina.
E eu pergunto porque é que se critica um Presidente da Câmara que se desloca a outro país para participar num congresso sobre energia eólica, que até lhe interessa e não se critica um médico que vai a Cuba, ao Brasil, ou a outro País para assistir a um congresso médico.
Eu não me quis salientar, apenas disse a verdade – não fui - e estou à vontade para falar nestas questões que para mim são absolutamente transparentes e fui questionado sobre elas.
Se nós responsáveis não tratarmos devidamente a Empresa EHATB, que no futuro terá capacidade para sustentar os municípios, a seguir não poderemos pagar bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior carenciados, porque não vamos ter possibilidades para isso. Foi por essa razão que eu lhe disse que é demagógico vir aqui dizer que se paga X em senhas de presença e Y em bolsas de estudo; mas é o trabalho de quem lá está que vai depois poder pagar a bolsa ao estudante do ensino superior.

Esta questão não é nova. Nas restantes Câmaras do Alto Tâmega já foram feitas as mesmas perguntas sobre esta matéria.
O que choca é que sendo a Empresa EHATB referenciada a nível nacional, como um exemplo da junção de esforços de seis municípios que, utilizando recursos locais – a água e o vento – consegue criar mais valias de investimento que só não são maiores porque ainda está a crescer.
Sou o responsável pelas Eólicas de Mairos e nesta data rendem anualmente à freguesia 10.000,00€ e produzem 519 mil euros anuais de energia que é vendida à EDP. É uma empresa que tem uma boa gestão, com pessoas atentas e responsáveis. Neste momento está a decorrer um concurso de 200 megawotes para o País, dos quais 25 são para ligar à subestação de Valpaços, ou Mirandela, ou Macedo de Cavaleiros. É obrigação do Conselho de Administração trabalhar para conseguir ganhar esses 25 megawotes para o Alto Tâmega, desde que estejam a 20 km do ponto de ligação, porque é essa a condição. O Município onde forem implantados tem à partida, 2,5% do valor da respectiva facturação. Qualquer empresa que queira instalar-se no Alto Tâmega é obrigada a dar à EHATB uma participação, porque temos poder relativamente aos terrenos. Seria bom que tivéssemos no Concelho outros locais onde pudéssemos implantar mais geradores, porque beneficiavam as Freguesias, o Concelho e o País, naquilo que é uma meta europeia de utilizar energias limpas.
Este é o trabalho que se está a fazer. Tudo o resto serve como arma de arremesso político, sobra a qual estou à vontade para responder. Quem tiver dúvidas acerca disto faça o favor de fazer um requerimento perguntando o que entender e a Administração dará a necessária resposta.
**DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que o Senhor Presidente da Câmara tem uma capacidade de diálogo e de argumentação muito grande.
"Eu não estou a discutir a Empresa Hidroeléctrica do Alto Tâmega e Barroso, mas os membros do Conselho de Administração estão lá porque são os Presidentes das Câmaras eleitos pelas populações, o que muda completamente as coisas.
O argumento dos quinhentos euros é tão válido como o de mil. Se é uma Empresa que gera tantos milhões porque não se dá mil euros por cada senha de presença, ou porque não se põe 1% dos lucros para os Presidentes das Câmaras?
Eu não coloquei a questão a nível pessoal, mas sim a nível político, que é o País que estamos a criar. Quem criou a EHATB foram as Câmaras e aí é que estão as questões. Eu não discuto que é uma Empresa rentável e não fui eu que trouxe esta discussão, nem fui eu que a personalizei. Quem fez questão de dizer que não ia às viagens foi ao Presidente da Câmara.
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que há uma lei que diz rigorosamente qual o vencimento de um Presidente de Câmara e quanto pode ganhar a mais, para além do seu salário. O tempo que dispenso à EHATB representa uma mais valia para Chaves.

*Posta à votação foi a Proposta aprovada com 71 votos a favor, 3 abstenções e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 8 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA EMPRESA "EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO. EIM, S.A.". PROPOSTA Nº. 54/GAPV/2008;**
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a argumentação de base é idêntica à Proposta contida no ponto anterior, ficando em análise a alteração aos

Estatutos da Empresa EHATB, concretamente no que respeita aos seus artigos 1º e 2º, mantendo-se o restante clausulado inalterável.

*Posta à votação foi a Proposta aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 9 - PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CHAVES;**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Chaves é um Órgão de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação que, por lei, deveria estar criado desde 1998. Esse Conselho em Chaves foi, de certa forma, substituído pelo Conselho Municipal de Educação, onde as entidades são praticamente as mesmas.

A ANMP questionou os Municípios do Pais e verificou-se que apenas cerca de dezena e meia tinham instituído o Conselho Municipal de Segurança. Perante isso a ANMP recomendou a todos os Municípios para eleger este Órgão

O Projecto de Regulamento aqui apresentado é da ANMP que fez um documento genérico para cada Município adaptar à sua realidade e vem hoje aqui para ser aprovado provisoriamente, porque é da competência do Órgão deliberativo. O Conselho vai reunir e proporá, para aprovação definitiva na próxima Assembleia Municipal, o Regulamento definitivo, conforme a lei determina.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** esclareceu que o que se propõe é que a Assembleia aprove este esqueleto, uma vez que para a sua composição têm de ser nomeados alguns representantes e para os cidadãos que não são sua competência nomear, compete-lhe sancionar.

"Compete-nos portanto, aprovar este Projecto de Regulamento e ao mesmo tempo indicar os nomes dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia conforme determina a alínea c) do art. 4º. Também a alínea j) determina a designação de cinco cidadãos de reconhecida idoneidade".

**DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – disse concordar genericamente com o Projecto de Regulamento, mas apresentou uma proposta com algumas alterações no Capitulo II – art. 4º no que respeita à composição.

Depois de analisado o Projecto entre os Grupos Municipais do PSD e do PS, o art. 4º do Capitulo II – Composição – passou a ter a seguinte redacção:

1 Integram o Conselho:

a) O Presidente da Câmara Municipal de Chaves;
b) O Presidente da Assembleia Municipal de Chaves;
c) Três Presidentes de Junta de Freguesia;
d) Um representante do Ministério Público da Comarca de Chaves;
e) O Comandante da Guarda Nacional Republicana de Chaves e o Comandante da Divisão da Policia de Segurança Pública de Chaves;
f) Os três Comandantes das corporações de bombeiros sedeados no Concelho
g) Um representante do projecto VIDA;
h) Um representante do Centro Regional de Segurança Social;
i) Um representante de cada uma das seguintes Associações: Associação Empresarial do Alto Tâmega (ACISAT), União Geral de Trabalhadores (UGT) Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional – (CGTP-IN);
j) Cinco cidadãos de reconhecida idoneidade a designar pela Assembleia Municipal:
1º. João Maria Teixeira – PSD
2º. José Pimentel Sarmento – PSD

3º. Francisco António Almeida Viegas – PSD
4º. José António Trindade Mendes - PS
5º. Gisela Maria Esteves Espírito Santo – PS

**SENHOR DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que tinha uma proposta diferente para apresentar.

"Relativamente ao número de Presidentes de Junta não vejo inconveniente até porque a CDU não tem nenhum eleito. Mas em relação aos quatro cidadãos proponho um representante de cada Partido. A proposta apresentada pelo PSD e PS peca por não ter sido alargada aos outros dois partidos, discutindo-se depois os nomes a propor. A minha proposta vai no sentido de que cada partido com assento na Assembleia apresente um nome. Relativamente aos sindicatos concordo perfeitamente com o proposto e parece-me um princípio correcto e saudável a nomeação de um Conselho Municipal de Segurança.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que estão em apreciação duas propostas: A Proposta **A** subscrita pelos Grupos Municipais do PSD e PS e a Proposta **B** apresentada verbalmente pelo Senhor deputado Manuel Cunha da CDU.

*Posta à votação foi aprovado o Projecto de Regulamento com a composição vertida na Proposta **A,** com 63 votos a favor e 2 abstenções. A Proposta **B** obteve 3 votos a favor. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves,· que a redigi.

O Presidente da Mesa _____

O 1º. Secretário _____

O 2º. Secretário _____